



Juarez Rizzieri\*

# Desenvolvimentista ou assistencialista?

*Só há uma saída para o Brasil: investir, mas com estabilidade*

O Brasil navegou pela história tentando encontrar seu caminho, marcado por avanços e retrocessos no processo interminável de transformações da sua estrutura econômica, social e política. Mesmo que tratado de uma forma resumida, pode-se descrever os passos do desenvolvimento recente da seguinte forma:

1. Governo Militar de 1964/84. O autoritarismo político cerceou o exercício das liberdades democráticas. Controlado os movimentos sociais e políticos, a política econômica ficou com a tecnocracia que promoveu várias reformas estruturais na área econômica. Foi criado o Banco Central para disciplinar a política monetária e com uma moderna reforma tributária recuperou os investimentos públicos. Com a expansão do crédito ao consumidor e mercado imobiliário, o País viveu entre 1968 e 1973 o "período do milagre" do crescimento econômico com taxas acima de 10% a.a. A primeira crise do petróleo em 1973, apesar de trazer uma inflexão para o crescimento acelerado, permitiu empréstimos dos petrodólares para financiar o II PND, ainda baseado no mesmo princípio de substituir importações na área de insumos, energia e bens de capital. Governo e setor privado tomaram esses recursos e se aventuraram no ufanismo de um mirabolante projeto "Brasil Potência" inviável a partir da brutal elevação das taxas internacionais de juros, devido à segunda crise do petróleo em 1979. O Brasil quebrou e os ajustes para saldar os compromissos externos foram sempre adiados, devido aos temores políticos dos choques recessivos, o que de fato somente

aconteceu em 1983 com a forte desvalorização cambial. Sem o ajuste fiscal e com o princípio ativo da indexação, a inflação se elevou de patamar. O governo autoritário, já desgastado, faz uma transição pacífica entregando o poder político aos civis em 1985, mas duramente criticado por ter deixado enorme dívida social. Acaba a ação do Estado desenvolvimentista.

2. Governo J. Sarney (1985/89). Início de uma transição supervisionada do poder político. Foi uma presa fácil dos desmandos orçamentários em todos os níveis de governos,

**O que os governos assistencialistas podem oferecer à nossa sociedade é um crescimento anual ao redor de 2,5%**

principalmente, dos regionais ditos desenvolvimentistas e populistas. O governo central enfraquecido passa a ser capturado por todos os segmentos da sociedade: políticos, funcionários públicos dos três poderes, estatais, empresários que trocaram credores externos pelo governo e os mais pobres. A moratória externa decretada dava a sensação de sobras de recursos e os excessos de gastos públicos só foram limitados pelo imposto inflacionário. Marcado como um governo assistencialista, o tom do discurso de "tudo pelo social" passa a ser letra viva na Constituição de 1988, mas fato morto pelo efeito empobrecedor da inflação. O mandato termina melancolicamente sempre lembrado pelo fracasso dos seus três planos de estabilização.

3. Governos F. Collor e I. Franco (1990/94). O primeiro, eleito com o voto dos descamisados à caça dos marajás, lançou grandes desafios de modernização. Seu mérito foi alertar para a contínua perda de competitividade do País, mas, sem partido político e isolado, pouco realizou além de seus dois planos fracassados de estabilização e o renegado confisco da dívida pública, por isso seu governo, marcado pela síndrome da corrupção, terminou num "impeachment". Seu sucessor legal, nacionalista, pouco liberal, manteve o convívio de déficits fiscais com a hiperinflação e abraçado com o ideal da social-democracia do PSDB, que o consagrou pela implantação do Plano Real. Politicamente, esses dois governos também participaram de uma transição ideológica, enterrando o lado mais conservador à direita rumo a uma trajetória para o centro, abrindo espaço para a esquerda modernizada.

4. Governo F.H. Cardoso (1995/2002). Graças ao controle da inflação chegou ao poder com a social-democracia de centro-esquerda do PSDB, para a qual o resgate da histórica dívida social com os excluídos tinha de ser garantido, com a responsabilidade de sustentar uma inflação baixa. Ao mesmo tempo, federalizou as dívidas dos estados e municípios, privatizou empresas públicas deficitárias, saneou o sistema financeiro e ampliou os programas de proteção social. Esse ajuste fiscal foi financiado com aumento de 10% do PIB da carga tributária e com aumento de 20% da dívida mobiliária. As expectativas inflacionárias ficaram sob controle pelo regime de metas de inflação, coordenado pela política de juros altos, que

restringiu os investimentos e o crescimento. Do lado da organização da sociedade, parece que começa a se estabelecer um pacto implícito onde a produção do PIB fica com o setor privado, cuidando o Estado de distribuir sua participação de 42% entre os grupos politicamente mais preparados. Seu interesse pelo social resultou em gigantesco orçamento de custeio, engessado constitucionalmente. Este foi o erro de seu segundo mandato. Com um ambiente externo favorável e sem choques, deveria ter destinado mais recursos para investimento e não custeio.

5. Governo Lula (2003/06). A baixa inflação que deu sustentação política aos dois últimos governos dependeu do quadro externo favorável e dos juros altos, que reprimem os investimentos privados, não compensados por medidas fiscais. De outro lado, também não ocorre a compensação com os investimentos públicos. Não há o que faça o País crescer 5% a.a., e assim ficamos à mercê da estabilidade e do bom ambiente externo, crescendo ao redor da média histórica de 2,5%, que é o máximo que governos assistencialistas podem oferecer à sociedade brasileira nos próximos anos.

Resumindo, não temos saídas de governos desenvolvimentistas inflacionários, mas também estamos insatisfeitos com governos assistencialistas que restringem o crescimento. Só há uma saída: recuperar a capacidade de investir, se pública ótimo e se privada melhor, porém, com estabilidade e mais abertura.

\* Professor da FEA/USP. Próximo artigo do autor em 15 de janeiro